

Potencialidades para o desenvolvimento da política pública de Educação do Campo no território catarinense

Potentialities for Rural Education Development policy in Santa Catarina State

Rosimari de Fatima Cubas Blaka (rosimari@unc.br)

Professora e Coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade do Contestado UnC Canoinhas - SC.

Maria Luiza Milani (marialuiza@unc.br)

Professora do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional - Universidade do Contestado – Canoinhas - SC.

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar subsídios que evidenciem as potencialidades socioeconômicas, para a implementação e/ou implantação da Política Pública de Educação do Campo nas seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina, utilizando-se como referência a experiência de Canoinhas-SC. A pesquisa foi desenvolvida de forma bibliográfica e documental, com base em um estudo de caso sobre a Educação do Campo no município de Canoinhas-SC (mesorregião do Planalto Norte Catarinense). Nesse caso estudado, constata-se que as práticas pedagógicas são desenvolvidas pelo Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, uma política pública local. Os dados e indicadores estudados do Estado de Santa Catarina apresentam potencialidades de implementação da Política Pública de Educação do Campo, devido a sua representatividade econômica, ocupando o 9.º lugar de maior faturamento do Brasil no setor agrícola. A relevância dessa modalidade de ensino, integra-se à Educação Ambiental como formação humana permanente numa ação de construção interdisciplinar do conhecimento, vinculada ao pensamento pedagógico contemporâneo da Ecoformação. Mediante o contexto social e as características produtivas e econômicas de Santa Catarina, a Educação do Campo pode oportunizar o desenvolvimento de propostas pedagógicas que contemplem a diversidade nos seus diferentes contextos, integradas ao currículo escolar.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação do Campo; Território Catarinense.

Abstract: This article aims to present subsidies that evidence the socioeconomic potentialities for the implementation and/or implementation of the Public Policy of Field Education in the six mesoregions of the State of Santa Catarina., using as reference the experience of Canoinhas-SC. The research was developed in a documentary and bibliographic way based on a case study on Rural Education in the municipality of Canoinhas-SC, (mesoregion of Santa Catarina State Highland). In this case study, it is shown that pedagogical practices are developed by the Interdisciplinary Education Program of the Field, a local public policy. The data and indicators studied in Santa Catarina State have the potential to implement the Public Education Policy of the Countryside, due to its economic representativeness, occupying the 9th place of highest revenue in Brazil in the agricultural sector. The relevance of this teaching modality is integrated with Environmental Education as a permanent human formation in an action of interdisciplinary construction of knowledge, linked to the contemporary pedagogical

232

Recebido em: 10/09/2020

Aceito em: 30/10/2020

thought of Ecoformation. Through the social context and the productive and economic characteristics of Santa Catarina State, rural education can provide opportunities for the development of pedagogical proposals that contemplate diversity in its different contexts, integrated into the school curriculum.

Keywords: Public Policies; Rural Education; Santa Catarina State.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo objetiva apresentar subsídios que evidenciem as potencialidades socioeconômicas, para a implementação e/ou implantação da Política Pública de Educação do Campo nas seis mesorregiões do Estado de Santa Catarina, utilizando-se como referência a experiência de Canoinhas-SC.

A Educação do Campo, reconhecida como modalidade de ensino pela Resolução do CNE/CEB n.º 4 de 13 de julho de 2010 (Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica), que subsidiou a organização da política educacional catarinense e com conceitos apresentados pela Proposta Curricular de Santa Catarina - 2014, da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) - 2017 e do Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental Catarinense – 2019, a Educação, de modo geral, deve estar pautada na perspectiva de formação integral do sujeito.

Para subsidiar os aspectos levantados na condução desse artigo, apresenta-se a Educação do Campo implementada em Canoinhas-SC, desde 2005. Estudos e avaliações realizadas sobre essa experiência, podem subsidiar e respaldar iniciativas extensivas no Estado catarinense.

Apresenta-se ainda o pensamento pedagógico contemporâneo denominado visão Ecoformativa, que amplia a concepção da Educação Ambiental e a define como Formação Humana Permanente, em um processo mediador da relação do ser humano com seu ambiente social e natural, no processo de construção interdisciplinar do conhecimento. E, sob esse pensamento, entende-se a Educação do Campo, que tal qual a Educação Urbana, necessita do predomínio das ações planejadas e executadas coletivamente, apreciando o potencial criativo tanto discente e docente, quanto da instituição e de toda a comunidade educativa.

Dessa forma, entende-se que as políticas públicas educacionais devem estar articuladas, com ações voltadas para o campo e cidade, na visão de desenvolvimento

sustentável de território. O investimento da Educação do Campo está em conhecer e compreender as realidades dos territórios, para fundamentar os conceitos existentes em torno da Educação e desenvolvimento da sociedade.

Diante das potencialidades sociais e econômicas do estado de Santa Catarina, organizado em seis mesorregiões (Grande Florianópolis; Norte Catarinense; Oeste Catarinense; Serrana; Sul Catarinense e Vale do Itajaí), questiona-se quais são as principais referências que evidenciam as potencialidades socioeconômicas para a implementação e/ou implantação da Política Pública de Educação do Campo nessas seis mesorregiões desse estado. A implementação e/ou implantação de políticas públicas pelos municípios catarinenses, em especial os predominantemente agrícolas, podem estar ocorrendo de forma diferenciada. Por outro lado, as diversas legislações implantadas (nacional, estadual e municipal) podem subsidiar a criação de programas específicos e contextualizados no território catarinense.

Sendo assim, no decorrer dessa pesquisa, aborda-se a Educação do Campo e as principais legislações (nacional, estadual e municipal), apresentam-se dados e indicadores da realidade socioeconômica das seis mesorregiões do estado de Santa Catarina. Ainda, descreve-se partes da experiência da Educação do Campo desenvolvida no município de Canoinhas-SC e uma reflexão acerca da relevância dessa modalidade de ensino, finalizando-se com as considerações finais.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa de caráter descritivo é desenvolvida pelos estudos bibliográficos e documentais, coletando-se dados qualitativos acerca das legislações sobre a Política Pública de Educação do Campo, dados e indicadores quantitativos das seis mesorregiões do território catarinense.

Para afirmar os argumentos que visam a consecução do objetivo desse artigo, apresenta-se a experiência de Educação do Campo do município de Canoinhas-SC. Esse município integra a mesorregião do Planalto Norte e o relato da trajetória da Educação do Campo nele desenvolvida se justifica por duas razões: 1) ser o único nessa região a ter implementado essa modalidade educacional nas escolas situadas no meio rural; 2) pela relevância dessa experiência, tornou-se objeto de pesquisas, estudos e análises, que evidenciaram a importância dessa modalidade educacional implementada diante dos

cenários sócio produtivos de municípios e regiões, em que o meio rural é um contexto importante para a economia e o desenvolvimento socioeconômico.

Os dados coletados são analisados pela técnica de análise de conteúdo, que conforme Bardin (1987), trata-se de um instrumento de pesquisa aplicado para descrever e interpretar todos os tipos de documentos e textos, com objetivo de compreender características dos conteúdos, proporcionado conhecimento ampliado e com sentido aos termos utilizados.

3. CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA E SOCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

O estado de Santa Catarina possui 295 municípios que estão organizados em seis mesorregiões: Grande Florianópolis; Norte Catarinense; Oeste Catarinense; Serrana; Sul Catarinense e Vale do Itajaí (Figura 1).



Figura 1 – Mapa do Estado de SC por Mesorregiões
Fonte: <http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-santa-catarina-mesorregioes/>

Os dados e indicadores socioeconômicos do território catarinense demonstram municípios com economia e histórico cultural, voltados para a agricultura, em grande parte com a agricultura familiar. A população desse Estado soma 7.164.788 pessoas (estimativa IBGE, 2019), com 84% dessa população residindo no meio urbano.

O contexto socioeconômico do Estado de Santa Catarina destaca a sua representatividade no setor econômico da agricultura, mesmo que apenas 16%

(IBGE/2017), da população que ainda viva no meio rural. O Estado ocupa o 9.º lugar de maior faturamento do país no setor agrícola.

Quadro 1 – Indicadores da Mesorregião de Santa Catarina

MESOR-REGIÃO	DEMOGRAFIA: População Total/2010	ECONOMIA: PIB da agropecuária/2015	IDHS 2010	EDUCAÇÃO: Número de Matrículas Educação Básica/2017
Grande Florianópolis	Total: 994.095 (3,5%) Urbana: 915.864 (26,4%) Rural: 78.231 (0,9%)	R\$: 812.721,27 Evolução: (6,8%)	0,606	Ed.Inf: 44.757 (5,5%) Ens. Fun I: 64.602 (-7,4%) Ens. Fun II: 53.790 (-7,9%) Ens. Médio: 30.289(-15,5%)
Norte Catarinense	Total: 1.368.598 (1,4%) Urbana: 1.063.909 (21,6%) Rural: 148.934 (-0,9%)	R\$ 53.605.259,35 Evolução: (1,9 %)	0,617	Ed.Inf: 63.294 (-1,0%) Ens. Fun I: 90.308 (-2,7%) Ens. Fun II: 72.683 (-2,5%) Ens. Médio: 44.442 (-7,6%)
Oeste Catarinense	Total: 1.200.712 (0,1%) Urbana: 860.563 (22,8%) Rural: 340.149 (17,8%)	R\$ 41.384.141,54 Evolução: (1,0%)	0,587	Ed.Inf: 63.151 (-1,3%) Ens. Fun I: 79.887 (-5,2%) Ens. Fun II: 69.330 (-2,9%) Ens. Médio: 37.055 (-8,5%)
Serrana	Total: 406.741 (-3,4%) Urbana: 332.431 (6,7%) Rural: 74.310 (-15,8%)	R\$ 12.282.443,57 Evolução: (7,4%)	0,577	Ed.Inf: 21.515 (2,5%) Ens. Fun I: 30.396 (-2,4%) Ens. Fun II: 26.191 (-1,3%) Ens. Médio: 13.254 (-0,6%)
Sul Catarinense	Total: 925.065 (1,6%) Urbana: 753.153 (23,9%) Rural: 171.912 (-19,8%)	R\$ 27.706.490,13 Evolução de (2,1 %)	0,599	Ed.Inf: 48.107 (-1,5%) Ens. Fun I: 61.940 (-5,2%) Ens. Fun II: 51.973 (-3,1%) Ens. Médio: 28.551 (-4,7%)
Vale do Itajaí	Total: 1.508.980 (4,8%) Urbana: 1.321.993 (33,3%) Rural: 186.987 (3,2%)	R\$ 73.452.017,48 Evolução (0,3%)	0,633	Ed.Inf: 94.273 (1,2%) Ens. Fun I: 111.419 (-5,2%) Ens. Fun II: 91.023 (-2,4%) Ens. Médio: 50.953 (-6,8%)

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) População de 2010; INEP/Educacenso/2017 em relação a 2016; Federação Catarinense de Municípios (FECAM) – Dados e Indicadores.

Observa-se que em cinco mesorregiões: Grande Florianópolis; Norte Catarinense; Oeste Catarinense; Sul Catarinense e Vale do Itajaí, ocorre aumento da população, com destaque para a Mesorregião da Grande Florianópolis com 26,4%. Mas na mesorregião Serrana houve decréscimo de 3,4% em relação ao número de população do Censo de 2000 (IBGE, 2000).

Em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) proveniente da Agropecuária/2015, por Mesorregião, apresentado pela Federação Catarinense dos Municípios (FECAM), a representatividade financeira do PIB, que apresenta maior evolução é da Grande Florianópolis com 6,8% em relação à safra do ano anterior e, a menor evolução na Mesorregião do Vale do Itajaí com 0,3% em relação ao mesmo período.

Segundo dados da Secretaria Estadual da Fazenda (SEF/SC, 2017), a agricultura familiar de Santa Catarina contribui com 50,7% do faturamento econômico anual. São 183 mil propriedades rurais e 502 mil pessoas ocupadas no território catarinense. A

produção agrícola nas mesorregiões catarinenses, baseiam-se em culturas temporárias tais como: alho, aveia, amendoim, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, cevada, feijão, fumo, mandioca, melancia, milho, soja, tomate e trigo; e, na produção permanente: banana, caqui, erva-mate, laranja, maracujá, maçã, palmito, pera, pêssego, tangerina e uva. O cultivo desses produtos está relacionado ao clima de cada mesorregião, que corresponde a maior ou menor produtividade.

A população de Santa Catarina é composta por uma diversidade de etnias existentes e seus habitantes têm influência de imigrantes portugueses, alemães, italianos, japoneses, austríacos e poloneses, além dos indígenas e das populações negras, fato que reflete diretamente na cultura regional e local. De acordo com informações do texto Educação Escolar Indígena, apresentado no item 1.5 do Currículo Base Catarinense/2019, existem no Estado de Santa Catarina, 16 mil indígenas vivendo em 27 terras indígenas. Com base nos dados da Fundação Cultural Palmares (FCP/2018), o Estado catarinense conta com 18 comunidades remanescentes Quilombolas. Essas populações compõem a formação étnica e cultural do Estado e necessitam ser respeitadas, de forma a exercer os seus direitos como cidadãos que contribuem com a história e o desenvolvimento econômico, social, educacional, político e cultural do território catarinense.

Na contextualizar do campo da Educação nas mesorregiões do Estado de Santa Catarina, o Quadro 1 apresenta o número total de matrículas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino, Fundamental e Ensino Médio), de acordo com os dados do Educacenso-2017 (INEP, 2017). São 1.610.086 alunos na Educação Básica, sendo 93,85% nas unidades educacionais localizadas no meio urbano e 6,15% no meio rural. A predominância de alunos matriculados no meio urbano é relevante e está em conformidade com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010).

Na Educação Infantil, ocorre crescimento de matrículas, comprovadamente nas mesorregiões da Grande Florianópolis (5,5%), Serrana (2,5%) e Vale do Itajaí (1,2%). Conseqüentemente mostrando o crescimento populacional dessas mesorregiões. Entretanto, ocorre decréscimo de matrículas no Ensino Fundamental com maior elevação no Ensino Médio, última etapa da Educação Básica, em relação ao Educacenso-2017 (INEP, 2017) em todas as mesorregiões do território catarinense.

Mesmo com os 99.020 ou seja, os 6,15% dos alunos matriculados nas escolas do campo, estes necessitam de aporte das políticas públicas educacionais, com qualidade e equidade social. Não há uniformidade quanto a oferta da Educação Básica completa (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), entre as mesorregiões devido ao número reduzido de alunos das áreas rurais. Mesmo assim, as Escolas do Campo requerem condições infraestruturais para que ocorra o processo pedagógico de forma contextualizado com a realidade sócio produtiva do meio rural. Para que esse processo se constitua em eficácia, dever-se-á contemplar materiais didáticos, equipamentos, laboratórios e condições de deslocamento dos alunos e professores intracampo ou para o meio urbano, quando o atendimento escolar não puder ser assegurado diretamente nas comunidades rurais.

Verifica-se que para além da Educação, a ciência e a tecnologia, cada vez mais, vêm diminuindo a separabilidade campo-cidade como uma demarcação territorial. O campo se constitui em um modo de viver e participar do desenvolvimento da sociedade também. Para tanto, essa mesma ciência e tecnologia deve fundamentar os sujeitos do meio rural a se sentirem parte dessa sociedade a partir do seu lugar, do seu morar, do seu produzir e usufruir dos bens socialmente produzidos. Nessa direção a Educação do Campo se apresenta como uma das mais instigantes e factíveis estratégias de consolidar esse processo.

4. POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A trajetória da Educação nos mostra que os povos do campo foram tratados com menos atenção e relevância no que os projetos educacionais que atendiam as demandas do meio urbano. Contudo, faz-se necessário observar que o Art. 205 da Constituição Federal (CF/1988) assegura o direito a educação para toda a população brasileira por meio de políticas públicas e projetos educacionais que favoreçam a formação, com preparo para o exercício da cidadania com dignidade humana e social.

A problemática da evasão do campo como um movimento das sociedades em industrialização (SCHMIDT, 2018), que favorece a desqualificação do camponês e de seu saber fazer-fazer que ocorreu basicamente a partir da revolução verde e com a globalização do *agribusiness*, nos anos de 1960.

Na direção do campo educacional, após a CF de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, desvinculou a Educação Urbana da Educação Rural. O Art. 28 da LDBN, propõe medidas de adaptações à vida do campo, pela oferta de Educação Básica para a população rural, por meio de adequações educacionais curriculares e organizacionais.

Mas ainda assim, as lutas dos educadores, líderes educacionais e movimentos sociais, destacando-se em especial as manifestações realizadas nas Conferências Nacionais de Educação Básica em 1998 e 2004, resultam o Decreto n.º 7.352 de 04/11/2010, trata da Política de Educação do Campo, regulamentando o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Esse decreto assegura três importantes definições que contribuíram para formar a Educação do Campo: a primeira é o fato de a Educação do Campo se tornar uma Política Pública de Estado; a segunda inclusão da Educação Superior como parte da Educação do Campo; e a terceira está na ampliação do conceito de escola do campo com atendimentos exclusivos para toda a população do campo.

Trata-se de um esforço para superar os limites da verticalidade e da escassez das políticas de ‘Educação Rural’ que eram oferecidas pelo Estado Brasileiro. Com essa perspectiva, define-se novo entendimento sobre a questão do campo, que visa superar a dicotomia imperante no binômio “cidade x campo” ou “urbano x rural”. Nessa direção, o Parecer CNE/CEB, n.º 36, de dezembro de 2001 define a Educação do Campo a qual passa a ser “[...] tratada como Educação Rural na legislação brasileira, incorporando os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas”.

Em seguida a Resolução CNE/CEB n.º 1, de 3 de abril de 2002, institui as “Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo”, a qual foi atualizada em 2008 (28 de abril) pela Resolução CNE/CEB n.º 2 e esta define em seu Art. 1º que “ A Educação do Campo compreende a Educação Básica em suas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio e Educação Profissional Técnica de nível médio integrada com o Ensino Médio [...] (BRASIL, 2008a).

Em uma sequência de legislações que constituem a política pública de Educação do Campo a emissão da Resolução CNE/CEB n.º 4, de julho de 2010, define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Nela se institui a Educação do Campo como modalidade específica e, em seu Art. 27, diz que “A cada

etapa da Educação Básica pode corresponder uma ou mais das modalidades de ensino: [...] Educação do Campo, [...]” (BRASIL, 2010a).

Em seguida são editados o Plano Nacional de Educação (PNE) Lei n.º 13.005/2014 e o Plano Estadual de Educação (PEE) de Santa Catarina, Lei n.º 16.794 de 14 de dezembro de 2015, que integram em suas Metas e Estratégias: fomento ao atendimento, ampliação e melhorias educacionais às populações do campo até o ano de 2024.

Assim, a Educação do Campo necessita um currículo escolar voltado às peculiaridades da diversidade cultural que o campo possui de acordo com o seu desenvolvimento. Como afirma Caldart (2012 *apud* Arroyo, 2015), as mudanças na concepção dos educadores em relação à Educação do Campo estão acontecendo, mas se trata de um conceito em construção amparado nas discussões e em novas inserções das políticas públicas da educação dos trabalhadores do campo.

Para Arroyo (2015), os currículos de formação da Educação Básica devem incorporar a história e a cultura do contexto escolar com reflexões sobre as mudanças e os processos atuais da sociedade. O primeiro passo é reconhecer o espaço escolar pertencente ao lugar onde está inserido, quando será possível estabelecer diálogo e comunicação com conexão entre a educação formal e as experiências da comunidade.

As experiências cotidianas dos alunos e das famílias necessitam fazer parte, integrando-se aos conhecimentos científicos que a Educação desenvolve. A integração e a interdisciplinaridade entre as teorias e os conceitos do conhecimento, aliadas a prática diária das pessoas que vivem no campo, proporcionam e facilitam o ensino e a aprendizagem do aluno com vivências práticas integradas ao seu currículo básico.

É importante valorizar e refletir sobre a experiência cotidiana dos alunos, pois o processo de reapropriação do saber comum diante de uma base científica proporciona surgimento de novas indagações, no qual o conhecimento é construído. (CALDART, 2008, *apud* PANHO, 2015).

Construção de conhecimento, Educação, escola e meio rural passam a fazer parte das bases teórico e conceituais da Educação do Campo, conforme indicam Oliveira; Eletério (2018, p. 9), quando se referem à pedagogia sociointeracionista, a qual segundo eles “[...] não se pode falar em aprendizagens iguais para todos, considerando-se que cada sujeito, em seu contexto sócio histórico, produz hipóteses, negocia os sentidos do mundo e constrói sua aprendizagem na interação com outros sujeitos”. Somando-se a

essa direção desse pensamento pedagógico, inclui-se na perspectiva da Educação do Campo a visão Ecoformativa, que segundo Suanno (2019), se incumbe de promover e construir a educação para o desenvolvimento sustentável, associada a uma educação da solidariedade. O trabalho pedagógico proporcionado pelo professor se integra a educação ambiental, a vida e aos direitos humanos de uma vida com qualidade. A integração dos conteúdos curriculares ultrapassa os conhecimentos educacionais, abrangendo o desenvolvimento econômico, social e a proteção ambiental. Deve proporcionar ao aluno a inter-relação entre os saberes, os direitos humanos e os deveres como cidadãos incluídos pela Educação do Campo, às diferentes formas de vida, inseridos intrinsecamente ao meio ambiente.

Nessa linha de pensamento, Pineau (2004, p. 522) destaca que a Ecoformação dá ênfase às relações recíprocas entre pessoa-ambiente e enfatiza a construção e a formação pessoal, direcionando para a responsabilidade e consciência ambiental e sua sustentabilidade.

Nesse processo a autoformação não ocorre de forma isolada e sim em um processo tripolar. Ou seja, se constitui uma auto-hétero-ecoformação: ser humano individualidade (auto) se constrói a si mesmo pela interdependência que estabelece com suas alteridades (hétero) e com o seu ambiente material, (eco). (GALVANI, 2014 apud SUANNO, 2019). Nesse sentido, ao se formar a si mesmo, o ser humano também contribui para a formação dos outros e do seu ambiente social.

Sob esses argumentos, pode-se refletir que a Educação do Campo possibilita a realização e atividades pedagógicas com o envolvimento das comunidades locais. O termo “Educação do Campo” possui essa conotação de envolvimento da sociedade com ações educativas e informativas para todos que vivem “no e do” campo.

Nessa direção, os argumentos que colocam em agenda a possibilidade de as mesorregiões catarinenses se favorecem com a Educação do Campo, mesmo que a vocação agrícola seja secundária, são sustentados na experiência que vem sendo desenvolvida no município de Canoinhas-SC.

5. EXPERIÊNCIA COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO EM CANOINHAS-SC

Como abordado nos itens anteriores, a Educação do Campo é um desdobramento da Política Pública Educacional, de legalização recente e as experiências a partir dessas

diretrizes também são recentes. Nessa direção os argumentos para subsidiar a temática desse artigo, são adensados pela descrição de aspectos da experiência de organização curricular, a qual vem sendo desenvolvida no município de Canoinhas-SC (mesorregião do Planalto Norte Catarinense). Como mencionado, trata-se de uma iniciativa de Educação do Campo a partir de 2005, pela Secretaria Municipal de Educação com o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo.

Esse projeto se tornou base para formulação de uma Política Pública de Educação do Campo municipal, por meio da inclusão do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, na Lei nº. 4851 de 14/11/2011, Capítulo II, Seção III, integrado ao Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas-SC. A organização pedagógica desse programa está amparada nas Diretrizes Operacionais e Curriculares no âmbito da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) na esfera do Sistema Municipal de Educação de Canoinhas, descritas no Decreto Municipal n.º 272/2010 que identifica o processo educacional de acordo com as especificidades da Rede Municipal de Ensino.

A organização do currículo escolar do Programa Interdisciplinar de Educação do Campo propõe o desenvolvimento pedagógico nas áreas de conhecimentos da Educação Básica, direcionados pelos Eixos Temáticos–humano, que possibilita o desenvolvimento de forma teórica e prática dos seguintes assuntos: Alimentação, Saúde, Higiene, Sexualidade, Família, Trabalho, Ciências e Tecnologia, Cultura, Artesanato, Associativismo/Cooperativismo; e o Eixo Agrossilvipastoril: que propõe atividades pedagógicas relacionadas com: Meio Ambiente, Agricultura, Olericultura, Silvicultura, Solo, Mecanização Agrícola, Agrotóxicos, Saneamento, Paisagismo, Jardinagem, Irrigação, Drenagem, Bovinocultura de leite e de corte, Suinocultura, Avicultura, Piscicultura e Pequenos Animais, entre outros assuntos contextualizados com as comunidades locais numa proposta interdisciplinar.

A iniciativa do município de Canoinhas, após 15 anos de experiência, pode se tornar uma referência para a concepção de uma política pública efetiva, organiza administrativa e pedagogicamente à Educação do Campo e integrada à Educação Básica. Na mesorregião do Planalto Norte, cuja vocação produtiva é quase integralmente agropecuária, Canoinhas é o único que implementou e implantou a Educação do Campo nas escolas municipais de Educação Básica. Assim, as legislações

(Quadro 2) que asseguram a inclusão dessa modalidade de ensino na rede municipal de ensino, poderá estimular reflexões e fomentar debates de forma a contribuir com inovações nas Políticas Públicas de Desenvolvimento Educacional no território catarinense.

Quadro 2 – A implementação e implantação da Educação do Campo em Canoinhas-SC

ANO	Políticas Públicas Municipais
2005	Elaboração do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, organizado pela Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas/SC.
2005	Aprovação do Projeto pelos Conselhos Municipais: Conselho Municipal de Educação (CME); Conselho Municipal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário (CMDA).
2010	Transformação do Projeto em Programa Interdisciplinar de Educação do Campo.
2010	Decreto Municipal n.º 272/2010 Institui Diretrizes Operacionais e Curriculares no âmbito da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino de Jovens e Adultos na esfera do Sistema Municipal de Educação de Canoinhas/SC.
2011	Lei n.º 4851 de 14/11/2011, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Ensino do Município de Canoinhas/SC e dá outras providências, Capítulo II, Seção III – Educação do Campo; Seção IV, Art. 64 – fundamenta o Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA.
2011	Lei Complementar n.º 0038 de 14/11/2011 – Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistério e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas/SC, que incluiu na Seção IV a gratificação salarial para educadores em exercício da função nas escolas de difícil acesso, consideradas do meio rural.
2014	Lei n.º 5.454 de 04/12/2014. Dispõe sobre a contratação e efetivação de Técnicos Agrícolas e Agroecológicos para atuação no Programa de Educação do Campo.
2015	Lei n.º 5.591 DE 23/06/2015 que Institui o Plano Municipal de Educação com planejamento administrativo e pedagógico da Educação no município até o ano de 2024.
2019	Documento: Práticas pedagógicas interdisciplinares para a Educação do Campo: [recurso eletrônico – E-book] – Mafra, SC: Ed. da UnC, 2019.

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Esse processo como um todo se tornou objeto de avaliação que demonstrou a necessidade de se preparar o espaço educacional para a adesão à Educação do Campo, técnica e cientificamente, como também os profissionais envolvidos. Além de assegurar a continuidade do processo pelas legislações, são necessários investimentos que não devem privilegiar apenas a quantificação em termos de matrículas. A base central da Educação do Campo é o reconhecimento do meio rural e do trabalhador que vive nele, como sujeito de direito, cujo espaço sócio ocupacional deve ser inserido nas diretrizes mais amplas preconizadas pelas políticas públicas. Significa colocar em jogo os valores e as relações sociopolíticas, em que a seguridade humana se confronta com as inseguridades sociais, a insuficiência das políticas públicas vulnerabiliza os seres humanos em tempos de transformações societárias.

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Pelos dados apresentados nesse artigo, pode-se destacar que ainda há uma parcela da população de Santa Catarina de 16% que reside no campo. Observa-se que em municípios esse percentual pode ser superior à referência do Estado. Por exemplo, o município de Canoinhas possui 25,56% de sua população residente no meio rural. Em relação às matrículas de estudantes na rede municipal, se comparados os anos de 2005 com 2019, ocorreu decréscimo em relação às das escolas do meio rural. No ano de 2005, foram 2.383 matrículas no meio rural, (Educacenso/INEP 2005), ou seja, foi 36,45% do total de 4.153 matrículas na Rede Municipal de Ensino naquele ano. Em 2019, foram 1.617 matrículas (Educacenso/INEP/ 2019), 25,52% do total de 4.720 matrículas da referida rede.

Algumas hipóteses podem justificar esse decréscimo: diminuição da fecundidade, uma tendência nacional; envelhecimento da população do meio rural; o fenômeno do movimento pendular da população adulta entre o meio urbano e rural, que passaram a residir no meio urbano, mas mantém as atividades produtivas e se deslocam para suas propriedades rurais apenas para trabalhar, ficando as crianças e jovens que não participam diretamente da rotina familiar nas residências no meio urbano, movimento rotineiro entre os habitantes de Canoinhas.

Ao se apresentar os dados preliminares relativos ao ano de 2020, é possível visualizar que continuou a diminuição das matrículas na rede educacional municipal como também no total de matrículas, nesse ano. Ou seja, foram 1.533 (dados preliminares Educacenso/INEP/2020) matrículas na Rede Municipal de Ensino situada no meio rural e foi 6.297 (dados preliminares Educacenso/INEP/2020) matrículas no total das matrículas no município. Reitera-se os fatores acima expostos que explicam essa diminuição, acrescentando-se que no meio urbano as famílias encontram a oferta do ensino fundamental privado, o que pode ser mais uma das razões dessa diminuição.

Em nível estadual, os alunos do meio rural representam 6,15% das matrículas cadastradas, segundo os dados no Educacenso/2019-SC. Esses dados, mesmo que em pequenas proporções, devem ser observados e levados em consideração pelos gestores públicos estaduais e municipais, em vista a posição de destaque nacional do Estado na

agricultura como fonte econômica, ocupando o 9.º lugar de maior faturamento do país nesse setor produtivo.

Com relação à experiência do município de Canoinhas, é preciso destacar um fator relevante sobre a melhoria do ensino a partir da Educação do Campo. Então, quando da implementação do Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo, a partir de 2005, nesse município haviam 21 escolas localizadas no meio rural, integrantes da rede municipal de educação, as quais passaram pelo processo de nucleação intracampo, reduzindo-as as atuais 15 escolas em 2020.

Mas na direção do impacto da Educação do Campo nesse município, apresenta-se dados referentes ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Da totalidade das escolas que desenvolviam o Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo em 2009, 06 (seis) foram consideradas aptas a avaliação IDEB, cujo resultado obtido para os anos iniciais foi da média de 4.2. Neste mesmo ano, a avaliação dos anos finais em 05 escolas (das 06 que tinham sido avaliadas nos anos iniciais), tiveram o número suficiente de alunos matriculados, apresentou um valor médio na avaliação do IDEB de 3.9. Passados 10 anos de efetivação do atual Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, as mesmas escolas obtiveram para os anos iniciais a avaliação média de 6.5 no IDEB/2019, enquanto que na avaliação dos anos finais nesse mesmo ano (2019) obteve-se uma média de 5.5.

Destaca-se que duas escolas situadas no meio rural da rede municipal de ensino de Canoinhas que desenvolvem ao Programa Interdisciplinar de Educação do Campo, obtiveram valor no IDEB de 2019, acima da média da rede estadual de SC, das escolas da rede pública do município (estadual e municipais) e de forma específica da rede municipal de Canoinhas. Dessa forma se destaca duas do meio rural com Educação do Campo e o seu desempenho no IDEB em 2019: a EBM Benedito Therezio de Carvalho obteve média 7.4 nos anos iniciais e nos anos finais 5.8 e a EBM Alberto Wardenski, obteve a média 6.2 nos anos iniciais da Educação do Campo e 6.3 nos anos finais. Afirma-se o bom desempenho dessas duas quando se compara suas notas com a Rede Pública de Santa Catarina que obteve a média de 6.3 (anos iniciais); e 4.9 (anos finais). A média da Rede Pública de Canoinhas foi de 6.8 (anos iniciais); e 5.4 (anos finais). E a Rede Municipal de Ensino de Canoinhas, neste mesmo ano, obteve uma média no IDEB de 6.6 (anos iniciais) e 5.5 (anos finais).

Com relação ao enfoque deste artigo, deve-se levar em consideração que as escolas passaram a desenvolver estratégias para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas, a partir dos valores obtidos na avaliação do IDEB no ano de 2009 que repercutiu nos valores obtidos em 2019. Porém, é importante destacar que ocorreu um diferencial nas escolas que desenvolvem o Programa Interdisciplinar de Educação do Campo no município de Canoinhas, o que pode ser considerado um componente relevante para elevação dos índices de mensuração da qualidade educacional. Portanto, a Educação do Campo mostra-se uma relevante estratégia para o desenvolvimento de uma sociedade, com educação de qualidade e conhecimento interdisciplinar pelos estudantes mesmo os que estudam em escolas do meio rural.

No Estado catarinense, a Educação do Campo foi sendo contemplada com legislações e embasamentos para respaldar a sua aplicabilidade pelos municípios, conforme a Proposta Curricular de Santa Catarina, de 2014, orientando para três fios condutores que se colocam como desafios no campo educacional: a) perspectiva de formação integral, referenciada numa concepção multidimensional de sujeito; b) concepção de percurso formativo, visando a superar o etapismo escolar e a razão fragmentária que ainda predomina na organização curricular; c) atenção à concepção de diversidade no reconhecimento das diferentes configurações identitárias e das novas modalidades da educação (SANTA CATARINA, 2014, p. 20). Para a execução da Educação do Campo, o Plano Estadual de Educação (Lei n.º 16.794/2015, de 14 de dezembro de 2015), prevê a integração nas Metas e Estratégias que fomentam o atendimento às populações do campo até o ano de 2024. Também nesse ano, a Portaria n.º 43, de 25 de novembro de 2015, da Secretaria de Estado da Educação/SC (SED/SC) organizou o Núcleo de Educação do Campo (NEC).

Nesse estado, para o fortalecimento da Educação do Campo foi instituída a Resolução CEE/SC n.º 063, de 27 de novembro de 2018, que dispõe sobre normas complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Sistema Estadual de Ensino catarinense. O principal argumento para essa medida foi a elaboração do Currículo Base do Território Catarinense (2019), o qual tem como meta a aprendizagem e o compromisso de qualidade e equidade na educação de toda sociedade. Propõem indicativos e aportes que devem ser observados na temática da Educação do Campo em

todas as etapas e modalidades da Educação Básica, nas escolas que forem definidas como do campo.

Outro indicativo daquela Resolução e do Currículo Base da Educação Infantil e Ensino Fundamental do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2019, p. 87), organizado para a Educação Infantil e Ensino Fundamental, refere-se ao Item da Diversidade Educação do Campo, quando a organização curricular, deve viabilizar o desenvolvimento das atividades pedagógicas diárias na Educação do Campo, quando se necessita que os professores tenham, além da formação inicial, uma formação continuada que aporte essa modalidade de ensino, de acordo com as diversidades sociais e culturais existentes.

É preciso refletir que movimentos em torno da municipalização da oferta da Educação Básica em especial no Ensino Fundamental, no interior da Educação como política pública, podem estar interferindo para que os municípios contemplem essa modalidade escolar, pois haverá a necessidade de se constituir estratégias para que a Educação do Campo ocorra efetivamente. Portanto, a trajetória percorrida na implementação e implantação da Educação do Campo do município de Canoinhas-SC (mesorregião do Planalto Norte Catarinense), evidencia que as medidas legais devem partir das iniciativas das gestões municipais e suas equipes técnicas, como um reconhecimento e um compromisso que demanda etapas e avanços no processo.

Os municípios do estado catarinense, em maior ou menor proporção, possuem vínculo com as atividades agrícolas e têm possibilidades de cultivo diversificado de alimentos que podem enriquecem a região.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo com o esvaziamento do meio rural, nesse espaço sócio produtivo permanece cerca de 16,0% da população catarinense, que contribui com a economia de SC, em especial na produção de alimentos, posicionando o Estado na 9ª posição em termos de PIB agropecuário. Portanto, mesmo com a redução das matrículas nas escolas do meio rural, no Estado de Santa Catarina há uma frente necessária para o desenvolvimento da Educação do Campo, que privilegie a realidade, social, cultural, étnica, atenção ao meio ambiente, bem como, a garantia do direito constitucional à

educação e a valorização do setor produtivo agrícola como um modo de vida e produção relevantes para a sociedade.

Na vida moderna e no confronto entre meio rural e meio urbano, dá-se excessiva ênfase à monetarização da força de trabalho e da produção em detrimento ao bem-estar dos seres humanos. O viver e o sobreviver lançam temores relacionais e ao pertencimento, fragilizando identidades culturais, formando valores sincréticos, que geram uma subjetividade vulnerabilizada, com medos, exclusão social, instabilidade ambiental. Paradoxalmente, os seres humanos são estimulados por valores e necessidades de confiança, pertencimento, sentido de responsabilidade pela vida da coletividade e participação social. Sob os preceitos da Educação do Campo, esses desafios se tornam reconhecidos, compreendidos e sobre eles as intervenções interdisciplinares tornariam o lócus da vida humana atrativo, solidário e com eficácia para a segurança de viver com qualidade de vida e justiça social.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel. G. Os Movimentos Sociais e a construção de outros currículos. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 47-68, jan./mar. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00047.pdf>. Acesso em: Out, 2020.

BLAKA, R. F. C; VARGAS, L. P. **Práticas pedagógicas interdisciplinares para a educação do campo**. [recurso eletrônico – E-book] – Mafra, SC: Ed. da UnC, 2019. Disponível em: <https://www.unc.br/biblioteca/ebook/Ebook_Praticas_pedagogic_as_interdisciplinares_para_a_Educacao_do_Campo.pdf> Acesso em 10 maio 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

_____. Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez.1996.

_____. CNE/CEB. Resolução n. 01/2002. **Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, 2002. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_resolucao_%201_de_3_de_abril_de_2002.pdf. Acesso em 10 jun. 2020.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da educação básica**

do campo. Resolução N° 2, de 28 de abril de 2008, Brasília/DF, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 10 jun.2020.

_____. Ministério da Educação, Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB N° 36, de 4 de dezembro de 2001. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.** Brasília, 2007. Disponível em: http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/mn_parecer_36_de_04_de_dezembro_de_2001.pdf. Acesso em: 10 fev. 2020.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução n° 4, de 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 de junho de 2010.

_____. Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 212, p. 1-3, 5 nov. 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-de-novembro-de-2010/file>, acesso em fev. 2020.

_____. Lei n° 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 120-A, edição extra, p. 1-7, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular.** Versão final. Brasília, DF: MEC, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: Jun. 2020

CANOINHAS. Prefeitura Municipal. **Decreto Municipal n° 272/2010** Institui Diretrizes Operacionais e Curriculares no âmbito da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e do Ensino de Jovens e Adultos na esfera do Sistema Municipal de Educação de Canoinhas/SC

_____. Lei n°. 4851 de 14 de novembro de 2011. Dispõe sobre o sistema municipal de ensino do município de Canoinhas/SC e dá outras providências. Disponível em: <https://www.pmc.sc.gov.br/legislacao/index/detalhes/codMapaItem/18329/codNorma/38166>. Acesso em: Jun. 2020.

_____. Secretaria Municipal de Educação de Canoinhas. **Projeto Interdisciplinar de Educação do Campo**, 2005.

_____. Lei complementar n°. 0038 de 14/11/2011. **Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Salários e Remuneração do Magistério e dos Profissionais da Educação do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.** Disponível em: <https://www.pmc.sc.gov.br/legislacao/index/lista-completa/codMapaItem/18329/tipo/1>. Acesso em: Jun. 2020.

_____. Lei 5.454 de 04/12/2014. Dispõe sobre a contratação e efetivação de Técnicos Agrícolas e Agroecológicos para atuação no Programa de Educação do Campo. Disponível em: <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/?r=site/acervoView&id=618947>. Acesso em: Jun. 2020.

_____. Lei 5.591 DE 23/06/2015 “APROVA O PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CANOINHAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Disponível em: https://static.fecam.net.br/uploads/719/arquivos/565228_LEI_n_55912015.pdf. Acesso em: jun.2020.

<http://www.baixarmapas.com.br/mapa-de-santa-catarina-mesorregioes/> Acesso em: ago. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **População por município**. Censo demográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso: Maio. 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Sinopse estatística da educação básica**. 2019. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

_____. IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. **Resultados e Metas/ 2019**. Disponível: <http://ideb.inep.gov.br/resultado>. Acesso em out. 2020.

OLIVEIRA, Marcia Lisboa Costa; ELETÉRIO, Lúcia Helena Abreu. Pensando as Margens: currículo e saberes locais na Base Nacional Comum Curricular. **Pensares em Revista**, São Gonçalo-RJ, n. 14, p. 170-191, 2019; DOI: 0.12957/pr.2019.37926. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/pensaresemre/vista/article/view/37926>. Acesso em: Agos.2020.

PANHO, Leila Maria. **Educação Do Campo: Algumas Reflexões A Partir Do Olhar Geográfico**. Disponível em:https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/educacao_do_campo- algumas_consideracoes_a_partir_do_olhar_geografico.pdf. Acesso em: out.2020.

PINEAU, G. A. **Autoformação no decurso da vida**: entre a hetero e a ecoformação. São Paulo: Trion, 2004.

SANTA CATARINA. **Política de educação do campo** / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação. – Florianópolis: Secretaria de Estado da Educação, 2018. 56 p.: il. color.; 21 cm. Disponível em: <http://www.sed.sc.gov.br/conselhos-foruns-e-nucleos/29149-politicas-da-educacao-da-diversidade>. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Resolução CEE/SC N° 063, de 27 de novembro de 2018**. Dispõe sobre normas complementares para a Educação Básica nas Escolas do Campo, no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina, e estabelece outras providências. Florianópolis, 2015. Disponível em: <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/>

Recebido em: 10/09/2020
Aceito em: 30/10/2020

educacao-basica/ensinofundamental/educacao-basica-ensino-fundamental. Acesso em: 20 fev. 2020.

_____. **Currículo Base da Educação Infantil e do Ensino Fundamental do Território Catarinense**. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação: Florianópolis, 2019.

_____. Federação Catarinense de Municípios. FECAM - **Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal**. Disponível em: <https://indicadores.fecam.org.br/banco-indicadores/variavel/codMesoRegiao/3/codIndicador/75/ano/2020>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Secretaria de Estadual da Fazenda. **Faturamento econômico anual – 2017**. Disponível em: <http://www.sef.sc.gov.br/midia/noticia/2416>. Acesso em: 20 Mai. 2020.

_____. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Formação integral na Educação Básica**. Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Florianópolis: [S.n.], 2014.

_____. Lei nº 16.794, de 14 de dezembro de 2015a. **Plano Estadual de Educação SC**. Disponível em: <http://www.doe.sea.sc.gov.br/Portal/ListarJornal.aspx>. Acesso em: 20 fev. 2020.

SHIMIDT, Wilson. **Educação do Campo: Agroecologia e Campesinato: três ângulos, três lados, mas não um triângulo**. Florianópolis: NEA EduCampo/UFSC, 2018.

SUANNO, Marilza Vanessa Rosa. Formação de Professores e desenvolvimento Profissional: processos permanentes e imbricados. *In: Formação Permanente de Professores: experiências iberoamericanas*. Fortunato, Ivan. Francisco Imbernon; Alexandre Shigunov Neto; Ivan Fortunato; (org.). – São Paulo: Hipótese, 2019. 554p.